



QUANDO A NOSSA VOZ GANHA O MUNDO

*garotas pelo direito à
educação no Brasil*



Este é um guia produzido especialmente para garotas conhecerem e discutirem sobre o seu direito à educação no Brasil. Há muito tempo, meninas e mulheres têm investido na educação como forma de conquistar mais avanços na vida e na sociedade. Afinal, conhecimento é poder e ainda vivemos em uma sociedade machista e racista que desrespeita e diz muitos NÃOs às mulheres.

Quando a nossa voz ganha o mundo: garotas pelo direito à educação

Realização: Ação Educativa

Apoio: Fundo Malala

Coordenação do Projeto Gênero e Educação: Denise Carreira

Assessora: Barbara Lopes

Estagiária: Luiza Alves

Texto do Guia: Barbara Lopes, Denise Carreira, Luiza Alves e Vanessa Cândida

Equipe de Comunicação da Ação Educativa: Juliane Cintra (coord.), Denise Eloy e Gledson Neix

Projeto Gráfico: Gledson Neix

Setembro de 2019



Quais as barreiras que
você acredita que as
meninas e mulheres ainda
encaram na sociedade
brasileira?



Você acha que a educação
é poder? Por quê?

Machismo é quando se considera que as meninas e mulheres são inferiores aos meninos e homens e por isso devem ter menos direitos



Por que os direitos das meninas e mulheres são atacados por setores da sociedade? O que está em jogo?

Mas é importante sempre reconhecer que muita coisa mudou quando a gente compara as nossas vidas com as mulheres do passado, com as nossas avós e bisavós, com as nossas ancestrais. E mudou porque muitas meninas e mulheres – antes de nós chegarmos neste planeta – se juntaram e atuaram para que as coisas melhorassem e para que nossos direitos fossem reconhecidos. Direitos que – vira e mexe – são questionados por grupos ultraconservadores que acham que os direitos das meninas e mulheres atrapalham os interesses de setores poderosos da sociedade.



Então, de alguma forma, nós – mulheres e meninas do presente - estamos conectadas a essas garotas e mulheres do passado que fizeram a diferença e aquelas que um dia nascerão e que poderemos fazer a diferença de alguma forma na vida delas.

Neste momento, também estamos ligadas às garotas e às mulheres que em diferentes lugares do Brasil e do mundo atuam para que possamos ser respeitadas e conseguir ser o que quisermos da vida: professoras, médicas, astronautas, poetas, artesãs, cientistas etc. De algum jeito, estamos conectadas a todas elas, por isso não estamos sozinhas!



Malala é uma dessas garotas que luta pelo direito de toda menina à educação. Em vários países do mundo, como no Paquistão, país onde Malala nasceu, muitas meninas ainda são proibidas de ir à escola. Malala foi baleada no ônibus que a levava à escola por defender esse direito das meninas. Ela sobreviveu, recebeu o apoio de muitas pessoas e foi reconhecida internacionalmente ganhando o Prêmio Nobel da Paz.

Junto com sua família, Malala segue defendendo e apoiando pessoas que lutam para que meninas e meninos possam estudar em escolas que ofereçam uma educação de qualidade e construam uma sociedade em que todas as pessoas sejam respeitadas e valorizadas pelo que são.

Quer saber mais sobre a vida da Malala? Veja o documentário Malala, disponível na internet. Também tem um livro da hora chamado “Eu sou Malala”. Siga Malala no Instagram: @Malala

ALGUMAS MULHERES QUE FIZERAM A DIFERENÇA NA LUTA PELO DIREITO À EDUCAÇÃO DAS MENINAS NO BRASIL



Nísia Floresta

foi uma educadora nordestina, escritora e poetisa que nasceu em 1810 em Natal, no Rio Grande do Norte. Considerada a primeira feminista brasileira, Nísia defendia que as meninas deveriam aprender matemática e ciências como os meninos, por isso criou uma escola que garantia a educação científica das meninas. Por causa disso, e de defender o fim da escravização de pessoas negras no país, Nísia foi duramente perseguida. Morreu em 1885.



Aquatune

foi mãe de Ganga Zumba e avó de Zumbi de Palmares. Por volta de 1660, Aquatune foi uma grande liderança do Quilombo de Palmares, comunidade que reunia pessoas escravizadas negras e indígenas e pessoas pobres brancas que fugiam do domínio dos senhores. Teria sido uma princesa africana, filha de um rei do Congo. Era famosa por seus conhecimentos políticos e de estratégias de guerra. Em Palmares, como os meninos, as meninas podiam aprender a ler, a fazer cálculos e a defender o quilombo.



Esperança Garcia

foi uma mulher negra escravizada, considerada a primeira mulher advogada do Piauí. Aprendeu a ler quando menina em uma fazenda de jesuítas. Foi vendida para outra fazenda conhecida por torturar pessoas escravizadas. Em 1770, quando tinha 19 anos, enviou uma carta ao presidente da Província de São José do Piauí denunciando os espancamentos e as torturas. Na época, era proibido ensinar pessoas escravizadas a ler e a escrever. Nunca o presidente da Província respondeu sua carta.

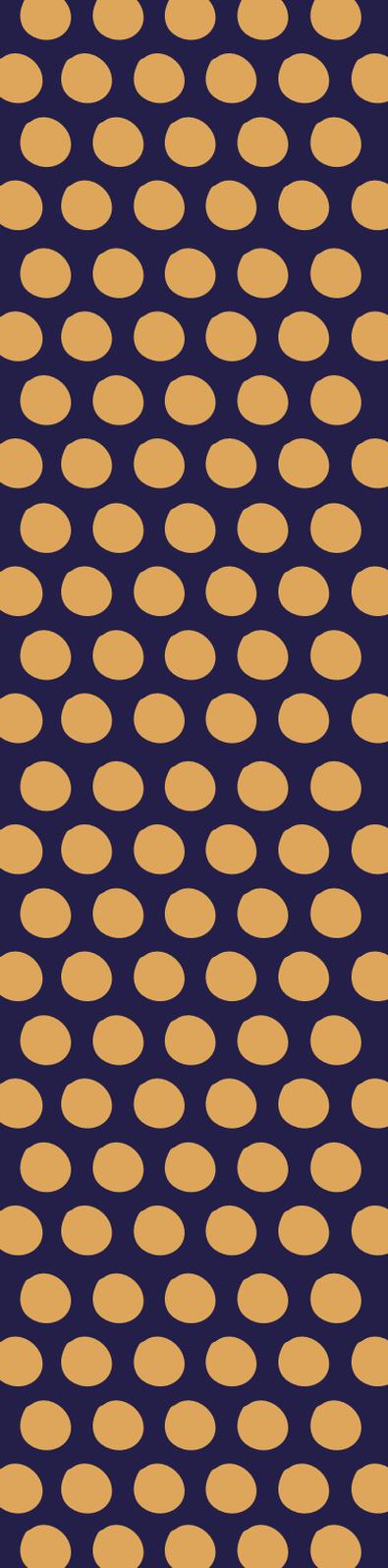


Maria Firminia dos Reis

foi uma mulher negra não escravizada que nasceu em São Luís do Maranhão, em 1825. Foi incentivada por sua família a estudar e a buscar o conhecimento. Virou professora e escreveu *Úrsula*, primeiro romance brasileiro que fala da vida das mulheres negras. Assim como outras mulheres, com medo de ser perseguida, não assinava seus escritos com seu nome verdadeiro. Quando se aposentou, criou a primeira escola mista para meninas e meninos pobres. Na época, isso causou um grande escândalo e a escola foi fechada.



Você admira alguma mulher na sua família ou na sociedade? Por quê? O que ela te traz de positivo?



LUGAR DE MENINA É NA ESCOLA! (E ONDE MAIS ELA QUISER): O DIREITO À EDUCAÇÃO NO BRASIL

A educação é um direito para todas as pessoas no Brasil, independentemente de:

- sexo (biologicamente, um espectro que inclui mulheres, homens e pessoas intersexo, embora para o registro civil seja apenas masculino e feminino),
- raça (se as pessoas são negras, indígenas, brancas, orientais e de outros pertencimentos raciais),
- idade (de bebês a idosos),
- renda (se tem menos ou mais dinheiro),
- orientação sexual (se é homossexual, bissexual, heterossexual, etc),
- identidade de gênero (se ela se identifica com o sexo atribuído no nascimento – é chamada de uma pessoa cisgênera – ou com um outro sexo diferente do sexo atribuído no nascimento – ai é uma pessoa transgênera).

Na faixa de idade que vai dos 4 aos 17 anos de idade, a educação é obrigatória no Brasil. Isso significa que o Estado, os governos, devem atuar para garantir a oferta de vagas gratuitas para todas as crianças e adolescentes nessas idades, da educação infantil, passando pelo ensino fundamental e chegando ao ensino médio.

Essas etapas da educação podem ser garantidas também por meio das chamadas modalidades (que é um jeito dos governos ofertarem essa educação reconhecendo as especificidades de determinados setores da população). Entre as modalidades, estão: a educação escolar indígena, a educação escolar dos povos quilombolas, a educação especial para pessoas com deficiências, a educação de adolescentes, jovens e adultos que não tiveram condições de estudar na idade regular, entre outras.

A escolarização no Brasil passou por um processo de crescimento muito grande nas últimas décadas, nos aproximando da meta de quase garantir o total atendimento educacional entre a idade dos 4 aos 17 anos.

Porém, ainda há um caminho importante a ser percorrido: cerca de 2 milhões de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos estão fora da escola. Sem falar daquelas e daqueles que não estão na faixa de idade obrigatória: dos pequeninhos, com menos de 4 anos (que precisam de creches, elas ainda são tão poucas) e dos jovens e adultos (acima dos 18 anos) que não tiveram acesso à escola e que não conseguiram chegar às universidades.

Para garantir que todas as crianças e adolescentes estejam na escola, o primeiro passo é que a escola exista e que seja acessível. Uma escola muito distante de casa, sem transporte ou que não tenha acessibilidade para pessoas com deficiência cria barreiras para a entrada e a permanência na educação.

É fundamental também que a escola garanta merenda escolar e outras condições bem concretas para que as estudantes e os estudantes possam desenvolver sua trajetória escolar com sucesso: turmas com o número adequado de alunos; prédios cuidados; professoras e professores em todas as disciplinas, valorizados e bem formados; livros e materiais escolares; participação dos estudantes e das famílias na escola etc.



O que você e sua turma acham que uma escola de qualidade deve ter?

Além dessas barreiras materiais, existem outras, como o racismo, o sexismo e outras discriminações presentes em muitas escolas, além de outros problemas que afetam a qualidade da educação. Vamos falar mais sobre isso em outras partes deste material.

Por causa de várias dessas barreiras dentro e fora da escola, muitas crianças e adolescentes estão fora da etapa adequada para sua idade. Os dados são muito preocupantes: em 2015, somente 76% das e dos jovens de 16 anos haviam concluído o ensino fundamental.

Quando olhamos para os dados em conjunto, podemos perceber que muitas crianças e adolescentes que chegam à escola vão ficando para trás ao longo do caminho. E esse não é um problema individual: na verdade a educação brasileira exclui milhões de estudantes todos os anos. E são principalmente alunos negros e das áreas rurais os mais prejudicados. Abaixo, vemos os dados de distorção idade-série, que se trata da proporção de estudantes com mais de dois anos de atraso escolar.

Distorção idade-série no ensino fundamental II em 2015

<i>Geral</i>	24,5
<i>Mulheres brancas</i>	14,4
<i>Homens brancos</i>	21,7
<i>Mulheres negras</i>	23,1
<i>Homens negros</i>	33,6
<i>Mulheres em áreas rurais</i>	26,2
<i>Homens em áreas rurais</i>	42,4

Fonte: IBGE/PNAD, a partir de elaboração do IPEA

O acesso das meninas e mulheres à educação

Os dados da tabela mostram como as desigualdades de gênero, raça e local de moradia se articulam. Considerando isso, as mulheres têm uma certa vantagem na educação em relação aos homens, apesar de os números também serem preocupantes. Em muitos aspectos da área de educação, os indicadores são melhores para mulheres do que para homens.

Nem sempre foi assim. Quando foram criadas as primeiras escolas no Brasil pelos jesuítas durante o período colonial, elas eram somente para meninos e homens da elite. Após a independência do Brasil (1822), com uma lei de 1827, é reconhecido o direito das meninas na escola. Começaram a surgir escolas femininas que, além de serem separadas das masculinas, tinham características diferentes. Para as meninas, o foco era prepará-las para cuidar da casa e da família, e conteúdos, como a matemática, eram reduzidos.

É preciso lembrar que ainda assim esse direito não era para todas as meninas: durante a maior parte da nossa história, a maioria da população – que era formada por pessoas negras escravizadas - estava fora da escola e os índices de analfabetismo eram enormes. Naquela época, a elite, os donos do poder do Brasil não queriam que a população pobre e negra tivesse acesso à educação, mesmo assim, muitas mulheres e homens se organizaram e buscaram formas de promover a educação. No caso da população negra, escolas e grupos de estudos foram criados nos quilombos, nos terreiros de candomblé, nas irmandades religiosas e em outros muitos espaços. Porque Educação é poder!

Apenas no século XX, com o avanço da luta das mulheres e da população negra, que o quadro começou a mudar. Atualmente, as mulheres são maioria no ensino superior, mas isso aconteceu apenas no início dos anos 2000. Em 1956, as mulheres representavam somente 26% dos alunos e em 1971, não chegavam nem a 40% dos estudantes universitários.

Você sabe o que é gênero?

Durante a elaboração dos planos nacional, estaduais e municipais de educação, que são leis que definem metas para a melhoria da educação para os dez anos seguintes, grupos ultraconservadores se colocaram contra o enfrentamento das desigualdades de gênero nas escolas. Segundo eles, falar em gênero seria ir contra a ordem “natural” das coisas, que estabeleceria de forma definitiva o que é ser homem e o que é ser mulher. Nós falamos em gênero justamente por acreditar que não existe nada de natural nas desigualdades que vivemos e que existem muitos jeitos de ser homem e de ser mulher na sociedade. Tanto que essas definições de masculinidade e feminilidade variam ao longo da história e do local. As roupas são um exemplo disso: na Europa, do século XV ao XVIII, quem usava sapatos de salto alto eram os homens; no século XX, as mulheres passaram a usar calças. Porém, não há somente uma separação entre masculino e feminino, existe na sociedade uma desigualdade que valoriza muito mais tudo o que se relaciona com o mundo dos homens.

Coisa de menina e coisa de menino

Essa separação e desigualdade entre homens e mulheres está profundamente enraizada na organização da sociedade - por isso, dizemos que o machismo é estrutural. Para mudar pra valer essa desigualdade, essa hierarquia entre mulheres e homens na sociedade, precisamos mexer em várias esferas da vida, do ambiente doméstico aos poderes políticos, passando pelo trabalho, educação, convivência nos espaços públicos...

Mas isso não quer dizer que a desigualdade entre mulheres e homens é o único fator a ser levado em conta. Como vimos no quadro anterior, existem diferenças e desigualdades entre as próprias mulheres, de acordo com a classe social, com a cor/raça, com a orientação sexual, com o local de moradia, com a região, entre outros fatores. No Brasil, as desvantagens na educação e em outras áreas são maiores para as mulheres negras, indígenas e as que vivem no campo e nas florestas.

Interseccionalidade é um conceito proposto pelas feministas negras, que aborda o entrelaçamento desses aspectos e nos ajuda a compreender a combinação de discriminações vividas pelas mulheres no dia a dia da vida como, por exemplo, a enfrentada pelas meninas e mulheres negras e indígenas, que além de encarar o machismo, enfrentam também o racismo e outras discriminações

Discriminações e estereótipos

Hoje, a grande maioria das meninas chega à escola. Então, a questão passa a ser: como elas são recebidas pela escola? Pense na sua escola: existem diferenças de tratamento entre meninas e meninos? Existem comportamentos que são permitidos de forma diferente?



Você já deixou de fazer algo na escola ou na vida pelo fato de ser menina?

Em muitas escolas, isso acontece. Desde o uso da quadra até casos de assédio, existe uma grande variedade de situações em que a desigualdade de gênero vem à tona no ambiente escolar. É importante ter ações que evitem a discriminação e também que a escola consiga dar respostas ágeis e efetivas quando esses casos acontecem.

Um breve olhar para o ambiente da escola

As perguntas a seguir foram retiradas e adaptadas dos Indicadores da Qualidade no Ensino Médio*, uma metodologia participativa que envolve estudantes, profissionais de educação e toda a comunidade escolar para discutir qual a situação da escola e como podemos juntos melhorar a qualidade da educação. Converse com suas e seus colegas sobre cada questão, buscando responder se em cada caso a situação é satisfatória (verde), mais ou menos (amarelo) ou se a escola ainda não enfrenta adequadamente a situação (vermelho):

- As estudantes e os estudantes podem ir à escola com as roupas, os penteados e acessórios que escolhem e com os quais se sentem bem sem sofrer constrangimento por parte de colegas ou profissionais da escola?
- Adolescentes e jovens com diferentes identidades de gênero e orientações sexuais são tratados de forma igualitária?
- A escola valoriza as diferenças corporais (sexo, peso, altura, cor, tipos de cabelos) de suas/seus adolescentes e jovens?
- A escola acolhe e orienta as jovens e os jovens que são vítimas de assédio e violência sexual, discriminação sexista e LGBTfobia e de outras formas de violência de gênero?

*Conheça a metodologia Indicadores da Qualidade no Ensino Médio, desenvolvida por Ação Educativa e Unidef, disponível em www.indicadoreseducacao.org.br ou www.unicef.org/brazil/relations/indicadores-da-qualidade-no-ensino-medio

- A escola divulga os marcos legais de promoção dos direitos humanos e de enfrentamento do machismo, do racismo, da LGBTfobia, do capacitismo (contra pessoas com deficiências) e de outras formas de discriminação e violência?
- Meninas e meninos têm acesso igual aos espaços da escola, como quadra, pátio, laboratório de informática etc?
- A escola promove atividades que estimulem a divisão igualitária do trabalho doméstico entre homens e mulheres?
- A escola reflete o impacto da divisão sexual do trabalho nas escolhas profissionais dos jovens, considerando também as desigualdades raciais?
- A escola estimula igualmente o interesse de moças e rapazes (negros, indígenas, brancos e de outros pertencimentos raciais) pelas diferentes áreas do conhecimento e pelos diferentes campos profissionais?
- A escola estimula e dá condições para jovens mães e jovens pais continuarem os estudos, evitando que eles parem de estudar?

Grafite contra o machismo

Em 2015, grupos de jovens mulheres da região do extremo sul da cidade de São Paulo realizaram várias ações que tinham como objetivo discutir a prática do Top 10 - série de vídeos que expõem e criminalizam a sexualidade de adolescentes, principalmente meninas -, como uma prática recorrente no ambiente escolar. Por conta da repercussão de imagens das adolescentes nos vídeos e do estigma gerado em suas vizinhanças, houve casos de meninas que deixaram a escola, mudaram de suas comunidades e que entraram em profunda depressão.

Em um dos casos, o nome de uma adolescente aparecia em uma pichação que fazia referência ao Top 10. Por conta disso, coletivos feministas da região realizaram, com o apoio da comunidade local, um “Grafitaço Feminista”, como forma de apagar e “reescrever a seu modo” os dizeres no muro. A ação reuniu mulheres grafiteiras de toda a cidade que pintaram a viela com grafites que expressavam sua liberdade de gênero e sexualidade.

Esses coletivos mobilizaram outras ações para discutir o tema, como: saraus, rodas de conversa e oficinas com adolescentes em escolas públicas como uma forma de combater a prática do Top 10 e outras discriminações. Nas oficinas, as e os adolescentes discutiam os problemas relacionados a gênero que enfrentavam na escola e fora dela, questões como rivalidade feminina e como desconstruir uma cultura machista que sentiam presente nos ambientes que frequentavam, formas de responsabilizar as pessoas que disseminavam os vídeos, assim como estratégias de defesa no ambiente virtual. Em algumas escolas, as adolescentes sentiram necessidade de criar coletivos feministas para continuar o debate e compartilhar informações sobre os temas.

Violência contra as meninas e mulheres

Na sociedade, ainda existe uma mentalidade que separa o que seriam consideradas características femininas - como a sensibilidade e o capricho com as coisas - e masculinas - como a racionalidade e a agressividade. Isso nos é colocado o tempo todo. Quem nunca ouviu frases como “que caderno bagunçado, nem parece de menina!” ou “menino não chora”? Essas crenças justificam a separação de atividades entre homens e mulheres, mais uma vez tendo o lado masculino como aquele que é mais valorizado pela sociedade.

Essa divisão está na base do machismo, que prejudica profundamente a vida das meninas e mulheres. Mas é importante considerar que o machismo também compromete a vida de meninos e homens, impondo um determinado jeito de “ser homem” para todos eles. Um jeito que desvaloriza as emoções, a sensibilidade, o cuidado para com as pessoas e com o planeta e que persegue os meninos gays e transtêneros.

A violência contra as meninas, mulheres e a população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e trans) é uma das consequências mais terríveis desse machismo. No Brasil, 13 mulheres e meninas morrem todos os dias assassinadas por causa da violência de gênero. Como parte dessa violência acontecem milhares de situações de assédio e de estupros diariamente, sem falar da violência psicológica (com ameaças, medo, chantagens, desvalorização da vítima etc).

A maior parte de toda essa violência é cometida por pessoas conhecidas da vítima: maridos, namorados, pais, padrastos e outros familiares.

O Brasil também é campeão mundial de assassinatos de travestis e pessoas transgênero. Diariamente, muitas pessoas LGBT vivem a humilhação, o medo e a violência física e psicológica nas escolas, nas universidades e na sociedade em geral. Essas situações têm de mudar!

Onde procurar ajuda?

Como fruto da luta dos movimentos de mulheres no Brasil, foi aprovada pelo Congresso Nacional em 2006 a Lei Maria da Penha (lei 11.340/2006), que trata da violência doméstica e familiar.

Maria da Penha é uma farmacêutica e professora universitária do estado do Ceará que sofreu duas tentativas de assassinato em 1983 por parte do marido. Ela levou um tiro e foi eletrocutada, mas conseguiu sobreviver, ficando paraplégica.

A Lei Maria da Penha pode ser aplicada para qualquer menina e mulher (inclusive mulheres trans) que seja vítima de agressão por alguém que tenha ou tenha tido alguma relação afetiva com ela: maridos, ex-maridos, namorados, ex-namorados, pais, filhos, tios, avós etc. Também pode ser utilizada contra mulheres que cometem violência contra meninas e mulheres e que tenham relação afetiva com as vítimas: mães, tias, irmãs, avós, namoradas, companheiras etc.

Em caso de violência, denuncie, ligando para o telefone 180. Para registrar o boletim de ocorrência, você pode ligar para a polícia no telefone 190.

A divisão de trabalho: a sobrecarga das meninas e mulheres

Na divisão de trabalho, também há a desigualdade entre homens e mulheres. A divisão principal se dá entre o chamado trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo. O primeiro é aquele feito na fábrica, no comércio, na agricultura, no escritório, que produz coisas. O trabalho reprodutivo não se resume a gerar e cuidar dos filhos, mas a garantir que a trabalhadora e o trabalhador possam continuar trabalhando. Para isso, a pessoa precisa se alimentar, descansar, ter roupas limpas...

Essa separação tem uma origem histórica, quando passamos de um modo de produção predominantemente agrário e artesanal para a produção industrial. Com isso, os homens passaram a ser responsáveis pelo trabalho feito fora de casa, que é remunerado e reconhecido socialmente como trabalho.

A maioria das mulheres ficou com a responsabilidade não somente pelo trabalho produtivo, mas também pelo trabalho doméstico, que não é pago e muitas vezes sequer é visto como trabalho. Ficaram super sobrecarregadas! Somente uma parte das mulheres (principalmente as de classe média e alta) ficou restrita ao trabalho doméstico, cuidando da casa, das crianças e dos idosos, e se mantendo dependente financeiramente (\$\$\$) dos maridos.



Como é a divisão do trabalho doméstico em sua casa? Quem faz o quê?

Se pensarmos na Revolução Industrial na Europa, nos Estados Unidos e também aqui, havia muitas mulheres (e crianças!) trabalhando, ainda que ganhando menos, já que seu salário serviria apenas para complementar o do marido. Além disso, é importante levar em conta que a história do Brasil é marcada pela escravização. Isso impacta profundamente a experiência de trabalho da população negra até hoje. Não é à toa que a maior parte das empregadas domésticas são meninas e mulheres negras.

Falar que as mulheres estavam “fora do mercado de trabalho” é uma invisibilização do trabalho feito pelas mulheres pobres e negras - inclusive, e de forma expressiva, no trabalho doméstico remunerado na casa de muitas famílias brancas - embora continuassem responsáveis pelos cuidados com a própria família.

A divisão sexual do trabalho opera não só na separação entre o trabalho fora e dentro de casa. No trabalho profissionalizado, também há uma divisão e uma valorização desigual dos diferentes tipos de atividade. Mulheres são maioria em profissões que são vistas como sendo de cuidados: professoras de crianças, enfermeiras, secretárias. Esses trabalhos são importantíssimos para a sociedade, mas têm menos reconhecimento e menores salários do que, por exemplo, professores universitários, médicos e executivos. Além disso, a dupla jornada, que é a soma do trabalho remunerado com o trabalho doméstico, faz com que as mulheres trabalhem mais horas que os homens ao todo.

Alguns dados sobre a divisão sexual do trabalho

>> Em 2013, a organização Plan Brasil fez uma pesquisa ouvindo cerca de 2 mil meninas de 6 a 14 anos. Quando perguntadas sobre atividades domésticas, 81,4% disseram que arrumam a própria cama, 76,8% lavam a louça e 65,6% limpam a casa. Elas também foram questionadas se seus irmãos homens faziam as mesmas atividades. Apenas 11,6% disseram que o irmão arruma a cama, 12,5% que ele lava a louça e 11,4% que ele limpa a casa.

>> As mulheres gastam em média 18,1 horas semanais com trabalho doméstico e de cuidados, em comparação com uma média de 10,5 horas gastas pelos homens. Essas atividades tomam 18,6 horas da semana de mulheres negras e 17,7 horas de mulheres brancas. Entre os homens, a diferença é muito menor: homens brancos gastam 10,4 horas/semana e os negros, 10,6 horas. Os dados são da Pnad Contínua de 2016, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

>> Uma análise de dados do Enade (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes do Ensino Superior) de 2007 a 2012 mostra que em cursos como Pedagogia, Serviço Social e Nutrição, a presença de mulheres ultrapassa 90%. Os homens são maioria em quase todos os cursos de Engenharia, nos cursos ligados à Computação, em Física e outros.

Meninas não são boas em matemática?

Tivemos muitos avanços no último século em relação à educação de meninas e mulheres. Não apenas com a presença feminina nas escolas, mas também na forma de educação dirigidas a eles e a elas. Não é mais uma prática comum que se ensine às meninas somente como realizar o trabalho doméstico. Porém, alguns estereótipos persistem e se adaptam diante da nova realidade. Um dos mais presentes é a ideia de que meninos são melhores em matemática e ciências exatas que meninas.

Em primeiro lugar, é possível falar que existem causas naturais, genéticas, para a diferença entre meninos e meninas nessas áreas? Essa pergunta ainda gera grandes debates no meio científico. Não existe uma resposta definitiva, mas muitas pesquisas apontam a influência do ambiente social para o desempenho em matemática e ciências. Um estudo feito em 2008 a partir dos resultados do PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos, que acontece em cerca de 70 países) mostra que nos lugares onde há uma cultura mais igualitária em relação a gênero, como na Suécia, a diferença de desempenho desaparece.

O que essas investigações mostram é que se trata de uma profecia autorrealizável: a própria existência do estereótipo leva a desigualdades na área de matemática. Uma experiência feita nos Estados Unidos aponta nesse sentido: a equipe de pesquisa dividiu mulheres em dois grupos: para o primeiro, foi dito que havia comprovação de diferenças genéticas que levavam homens a se saírem melhor em matemática; para o segundo grupo, falaram que diferenças na experiência de aprendizado, como o tratamento dado por professores, era o fator que explicava a diferença. Os dois grupos fizeram posteriormente avaliações de matemática e as que receberam a explicação biológica acertaram em média metade das questões que as que receberam a explicação social.

Ou seja, só falar sobre isso, desnaturalizando o senso comum, já é uma ferramenta poderosa para ter mais mulheres em todas as áreas de conhecimento. Isso é importante não apenas para que meninas e meninos possam se desenvolver plenamente, mas também para enfrentar uma das facetas da desigualdade entre homens e mulheres no mundo do trabalho.

A concentração de mulheres em áreas consideradas “femininas” é uma questão tanto quando consideramos que essas carreiras são mais desvalorizadas socialmente, acarretando uma inserção mais precária das mulheres no mercado de trabalho, quanto pela importância de termos mulheres nas áreas de ciência e tecnologia para que possam trazer diferentes perspectivas e abordagens para a pesquisa e o desenvolvimento.

>> “Elas nas Exatas” é uma iniciativa muito interessante para apoiar projetos que estimulem meninas a se envolverem com ciências exatas e tecnologias. São várias ações em escolas públicas de diferentes regiões brasileiras, em que as adolescentes colocam a mão na massa em experiências com informática, robótica, biologia, eletrônica... E também trazem visibilidade para a contribuição de diferentes mulheres para a história da ciência. A iniciativa é coordenada pela Fundação Carlos Chagas e pelo Fundo Elas, com apoio do Instituto Unibanco.

A luta das mulheres pela educação

A educação deve ser universal (para todo mundo), gratuita, laica (ou seja, não pode ser vinculada a uma religião) e de qualidade.

Segundo a Constituição Federal, a educação é direito de todos, sendo obrigatória dos 4 aos 17 anos. É dever do Estado oferecer a educação básica de forma gratuita, inclusive para as pessoas que não conseguiram concluir os estudos na idade própria. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Plano Nacional de Educação (PNE) reforçam e especificam esse direito.

O PNE, de 2014, tem como metas a universalização do ensino fundamental e do atendimento de jovens de 15 a 17 anos até 2024. A LDB define que o ensino público deve ser gratuito e o Estado deve garantir alimentação, transporte e material didático. Outro aspecto da universalidade da educação é o atendimento a estudantes com deficiências, preferencialmente na rede regular de ensino.

Participação é um direito!

O direito à participação das e dos adolescentes é lei e está prevista na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (1979) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). A palavra participação nasce da palavra PARTE e tem a ver com o direito de FAZER PARTE (de um coletivo, de um grupo de amigos, de um grêmio estudantil, de um time, de uma banda etc); de TOMAR PARTE (das escolhas e decisões do que pode ser bom para a gente, para a nossa escola e comunidade etc); de TER UMA PARTE (de alguma coisa que deve ser dividida entre todos para que a gente conquiste uma vida melhor). Uma escola democrática é aquela que estimula a participação!

A gestão democrática de uma escola prevê o direito à transparência e à participação nas decisões, no planejamento e na organização do espaço escolar. Prevê que a escola se relacione com o território da qual ela faz parte: com os grupos culturais e comunitários, movimentos sociais e equipamentos públicos, por exemplo; e envolve também a participação na política pública de forma mais ampla: com a Secretaria de Educação, espaços de participação e outros órgãos municipais e estaduais.

A participação desses atores na escola não pode ser uma mera formalidade, mas deve estar pautada pela compreensão e valorização da diversidade de vozes que compõem o ambiente. Isso passa por entender que as relações não serão sempre harmoniosas e abrir espaço para o conflito, com respeito às diferentes posições, sem exclusões.

Em 2015 e 2016, estudantes realizaram uma série de ocupações de escolas, universidades e órgãos públicos de educação em vários estados do país. Em comum, havia o protesto contra políticas educacionais impostas por determinados governos de cima para baixo, sem diálogo com a sociedade, em particular com os jovens afetados por essas medidas.

Em São Paulo, a onda começou contra uma proposta de reorganização da rede estadual de ensino, que fecharia escolas e tornaria outras escolas com um único ciclo (fundamental I, fundamental II ou médio), tornando as turmas superlotadas. Nesse caso, a pressão funcionou e o governo foi obrigado a recuar. Em muitos estados, estudantes se colocaram contra a reforma do ensino médio - estabelecida pelo governo federal em 2016 por medida provisória, sem diálogo com a sociedade - e contra a Emenda Constitucional 95, conhecida como Emenda do Teto dos Gastos Sociais, que reduz investimentos na educação entre outras áreas.

O cotidiano das ocupações traz diversos elementos que nos ajudam a pensar em democracia e participação nas escolas. As e os jovens assumiram a organização do espaço, dividindo tarefas e a realização de atividades, em muitos casos abertas e com participação da comunidade ao redor. Além disso, a presença revelou para estudantes a existência de materiais a que eles não tinham acesso - ou seja, a falta de transparência em muitas gestões escolares. Por fim, ao negociar suas demandas, eles também puderam se debruçar sobre quais as prioridades para a realidade de cada escola, como obras de manutenção, melhorias na alimentação, ações de respeito à diversidade.

No Rio de Janeiro, a mobilização começou em apoio à greve dos professores e uma das reivindicações conquistadas pelos estudantes foi a realização de eleições para diretores de escolas públicas e virou lei no estado.



Jhuly Anne de Paulo Valério,
ex-aluna da Escola Estadual Pandiá Calógeras (São Gonçalo-RJ)

“ Na ocupação a gente viu outra forma de entender a vida. A escola virou nosso lar, nossos amigos viraram nossa família. Uma questão de afeto, de entrega. Começamos a avaliar como nós iríamos gerir a escola. Nossa democracia era direta, nós tínhamos reunião todos os dias, comissões responsáveis por setores - comunicação, cozinha, segurança. A partir dessa organização, pensamos que, depois que a escola fosse desocupada, nós teríamos que ter uma escola ocupada por alunos, fazendo nossas atividades cotidianas e cuidando da escola. Já havia essa demanda por parte dos professores de uma eleição direta para diretor. Mas não ia para frente. A nomeação do diretor era feita pelo governador, a partir de indicações políticas. Com as ocupações, a proposta ficou em debate por um tempo. Uma linha autônoma das ocupações defendia uma escola sem a hierarquia de diretor. Era uma ideia incrível, pensando em experiências como a Escola da Ponte. Mas era muito difícil que isso acontecesse, que o governo acatasse. Um caso particular na minha escola, a diretora que estava antes da ocupação violou muito, ultrapassou os limites, teve casos muito delicados. Nós levamos à OAB [Ordem dos Advogados do Brasil], à Defensoria Pública, colocamos na frente da Secretaria de Educação tudo o que estava acontecendo. A diretora teve que ser afastada e entrou uma diretora que nós, alunos da escola, indicamos. Foi um processo de responsabilidade muito grande. A escola tinha 3 mil alunos. Era muita gente e tinha a questão do diretor ser aceito pela comunidade escolar porque foi indicado por meninos e meninas de 16 anos. Esse processo só aconteceu porque ficamos em cima. A eleição foi bem sucedida, apesar de o governo tentar boicotar de todas as formas. A direção está lá até hoje, termina o mandato este ano. Foi uma experiência muito boa. De um ano para o outro, minha vivência de escola mudou. Eu e os outros alunos passamos a ser respeitados. Saímos de uma via completamente autoritária para uma via de diálogo, importante para a comunidade. Hoje sou estudante universitária. É complicado avaliar se foi bem sucedido para todas as escolas. Há o caso de um professor, que foi eleito diretor em uma escola, que está sendo perseguido. Não sabemos até quando vai durar essa política. Na minha vivência foi incrível e tinha muitos poréns - continuava sendo uma direção de escola, tinha protocolos que não podiam ser quebrados e isso entrava em conflito com a nossa utopia, com os nossos pensamentos. Essa política foi mais saudável dentro da escola, esse hábito de votar, de debater.

Vamos conversar sobre gênero, sexualidade e raça na escola?

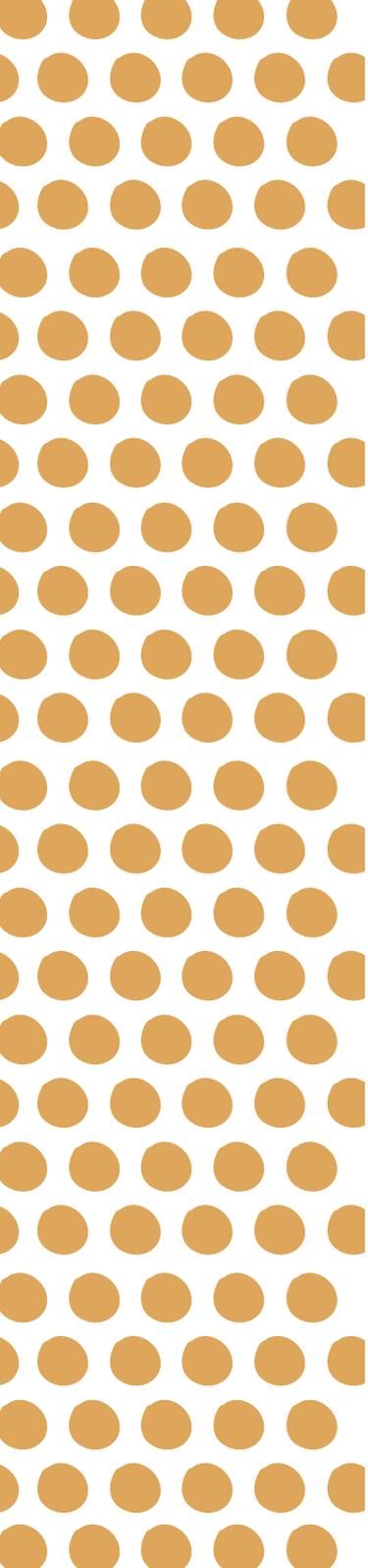
Tanto o currículo (os temas, questões e valores que são abordados) como a proposta político-pedagógica da escola (as práticas educativas, atividades, gestão) devem ser construídos de forma a fazer sentido para as e os estudantes e apoiá-los na construção de suas trajetórias, com respeito à diversidade e aos direitos humanos.

Apesar da ofensiva de grupos ultraconservadores que são contrários à abordagem de gênero na escola, ninguém pode proibir esse debate. Esses grupos entendem que os direitos das meninas e mulheres, da população negra e da população LGBT são um ataque à família tradicional brasileira, colocando em risco a sociedade. Só que existem muitos e diversos tipos de família no Brasil e no mundo.

A educação para a igualdade de gênero, raça e orientação sexual e identidade de gênero é um direito fundamental assegurado na Constituição Federal – a principal lei do Brasil - e nos tratados internacionais de direitos humanos, nas leis educacionais e na própria Lei Maria da Penha, que define em seu artigo 8º que a obrigatoriedade das escolas abordarem gênero e raça para prevenir a violência contra meninas e mulheres.

A educação sobre gênero – em sua interseccionalidade com raça e classe – é fundamental para fortalecer a participação de garotas na escola e ajudá-las a se prepararem para lutar contra todas as formas de discriminação. Por educação sobre gênero, entendemos o debate sobre violência doméstica, divisão sexual do trabalho, desmistificação de estereótipos presentes na mídia, a luta das mulheres na história, o enfrentamento do racismo contra meninas e mulheres negras e indígenas e da LGBTfobia contra meninas e mulheres, direitos sexuais e reprodutivos, mulheres nas ciências, entre outros temas. Isso também significa um olhar sobre como a dimensão de gênero afeta as escolas e a vida cotidiana das e dos estudantes.

As Leis nº 10.639 e nº 11.645 estabeleceram a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira, africana e indígena e da educação das relações étnico-raciais na educação básica. Essas leis, que são fundamentais na luta contra o racismo presentes nas escolas e universidades, trazem a necessidade de conhecer uma história muitas vezes apagada, refletir o lugar das pessoas brancas e das instituições na reprodução do racismo e valorizar as inúmeras contribuições de negras e negros e de povos indígenas na construção do país, assim como as resistências dessas populações contra violências e opressões. Os desafios para a implementação da lei são muitos e passam até mesmo pela necessidade de reconhecer que vivemos em um país racista – e que a escola não está excluída na reprodução das desigualdades raciais.



Caixa de ferramentas

Tenha ao alcance das mãos marcos legais importantes sobre seus direitos:

Constituição Federal de 1988 - <http://bit.ly/consti88>

Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394/96) - <http://bit.ly/lldb9394>

Plano Nacional de Educação (Lei nº 13005/14) - <http://bit.ly/pne2014>

História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e dos Povos Indígenas (Lei nº 10639/03 e Lei 11.645/2008) - <http://bit.ly/afro10639>

Lei Maria da Penha (Lei nº 11340/06) - <http://bit.ly/penha11340>



Materiais e Sites Legais

Malala: www.malala.org

Manual de Defesa contra a Censura nas Escolas: www.manualdedefesadasescolas.org

Gênero e Educação: www.generoeeducacao.org.br

Tô no Rumo: www.tonorumo.org.br

Blogueiras feministas: <https://blogueirasfeministas.com>

Blogueiras negras: www.blogueirasnegras.org

Portal do Geledés – Instituto da Mulher Negra: www.geledes.org.br

Nós mulheres da periferia: www.nosmulheresdaperiferia.com.br

De Olho nos Planos: para saber mais sobre como o cumprimento dos planos nacional, estaduais e municipais para melhorar a educação brasileira (www.deolhonosplanos.org.br).

Revista Capitolina: revista online para adolescentes com abordagem feminista (www.revistacapitolina.com.br).

Gorda e sapatão: www.gordaesapatao.com.br

Centro de Formação da Ação Educativa: centroformacao.acaoeducativa.org.br

Indicadores da Qualidade na Educação (metodologia participativa para escolas): www.indicadoreseducacao.org.br

Filmes da hora

Lute como uma menina. 2016, 76'. Doc. Dir.: B. Alonso e F. Colombini (Brasil)

A educação proibida. 2012, 120', doc. Dir.: G. Doin, Veronica Guzzo (Argentina)

Acabou a paz, isto aqui vai virar o Chile. 2015, 120', doc. Dir.: Carlos Pronzato (Brasil)

Entre os muros da escola. 2008, 128', ficção. Dir.: Leon Cantet (França)

Numa escola de Havana (Conducta). 2014, 108', fic.. Dir.:E. Daranas (Cuba)

Nunca me sonharam. 2017, 86', doc. Dir.: Cacau Rhoden (Brasil)

O dia da saia. 2008, 87', ficção. Dir.:Jean Paul Lilienfeld (França)

Pro dia nascer feliz. 2006, 87', doc. Dir.: João Jardim (Brasil)

Quando sinto que já sei. 2014, 78', doc. Dir.: Antonio Sagrado e outros (Brasil)

Quando tudo começa. 1999, 118', ficção. Dir.: Bernard Tavernier (França)

Ser e ter. 2002, 104', doc. Dir.: Nicolas Philibert (França)

Vista a minha pele. 2003, 25', ficção. Dir.: Joel Zito de Araújo (Brasil)

A Negação do Brasil. 2008. Direção: Joel Zito de Araújo (Brasil)

Educação e relações raciais: apostando na participação da comunidade escolar. 2013. Direção: Ação Educativa (Brasil)

Educação e relações raciais: diálogos Brasil-África do Sul. 2013. Direção: Ação Educativa (Brasil)

She's beautiful when she's angry. 2014. Direção: Mary Dore (EUA)